

LES0521-ESALQ/USP Antropologia da Alimentação (2019)

R5: Segurança e soberania alimentar

Anie Dalfre Jacon, 10268432; Beatriz Cassiano Grellet, 10876782; Gabriel Pereira Bragaia, 10318462; Julia Dezen Gomes, 10439613; Julia Pereira Martins da Silva, 10318441; Karine Nova Penha, 10318372; Letícia Bianchi Mantovan, 10852591; Leticia Maria A. de Souza, 10416145; Maitê Gomes de Oliveira, 10755575; Stefani de Oliveira Luz, 10884090

Inicialmente, convém salientar que a noção de soberania alimentar diz respeito ao propósito de tomar o controle sobre os nossos hábitos alimentares e não os delegar. Comer é bem mais que ingerir alimentos. Comer de maneira sã e consciente implica levantar interrogações sobre a origem do alimento, sua maneira de produção e as características do produtor. Em outras palavras, esta noção se associa às aspirações de ser soberano e poder decidir quanto à alimentação.

A noção de soberania alimentar nasce em contraponto àquela de segurança alimentar. Esta última se difunde após os conflitos armados da Segunda Guerra Mundial. Com efeito, logo terminada esta grande guerra em outubro de 1945, foi fundada a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura). Seu objetivo consiste em fomentar a produção agrícola visando alcançar a segurança alimentar.

Por outro lado, em 1957, o tratado de Roma que cria a Comunidade Econômica Europeia prevê a instituição da PAC (Política Agrícola Comum) que tem como objetivo assegurar um nível de vida justo aos agricultores e garantir um abastecimento alimentar estável e seguro, com preços acessíveis aos consumidores. Para tal, ocorreu uma forte sustentação da produção de alimentos considerados estratégicos, o que permitiu alcançar grande autossuficiência alimentar.

No caso brasileiro, a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) apresentada pela oposição ao governo Collor de Mello permitiu grande difusão deste termo. Com a deposição deste presidente, Itamar Franco acatou muitas ideias da PNSA, em particular a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)¹, em 1993. O debate nesta época sobre o tema abraçava questões como a democratização da ação pública, a reforma agrária, a geração de emprego e o apoio à agricultura familiar. Ao lado desta perspectiva democratizante e reformadora, a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG) propõe uma interpretação produtivista de segurança

¹ O CONSEA deixou de existir no governo Fernando Henrique Cardoso, mas foi reinstalado em 2003. Composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representação governamental, constituiu um espaço institucional para o controle e participação social na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada. O CONSEA foi extinto no começo de 2019, o que revela a pouca sensibilidade do governo Jair Bolsonaro com a participação social e o aprofundamento democrático.

alimentar. Nesta ótica, basta produção abundante de alimentos com preços muito baixos e a liberalização do comércio internacional para se alcançar segurança alimentar.

Foi contra a perspectiva produtivista de segurança alimentar que a Via Campesina discordou do documento final da Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma em 1996. A Via Campesina avaliava que o acesso ao alimento em quantidade e qualidade não pode se resumir à oferta abundante de alimentos baratos. Assim, propõe o privilégio das agriculturas locais, que seriam a melhor solução para uma alimentação adequada de qualidade. Desde então, esta organização camponesa defende a soberania alimentar, que ganhou grande difusão internacional.

A propósito, a noção de soberania alimentar passa a ser muito propagada meses após o massacre de Eldorado de Carajás no Pará, quando 19 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados. A data desta chacina (17 de abril) passou a ser lembrada como o Dia Internacional da Luta Camponesa.

Os debates em torno da soberania alimentar permitiram a construção da seguinte definição: trata-se de “um novo modelo de ação para conquistar a segurança alimentar sem que implique concentração da riqueza e poder, sem tratar os alimentos como mercadorias e sem ameaçar o equilíbrio dos ecossistemas”.

Neste ponto, é pertinente examinar estratégias da agricultura familiar que possam ser favorecidas com a perspectiva de soberania alimentar. Esta noção defende a primazia das agriculturas familiares locais com vistas à concepção de políticas agrárias, agrícola e alimentares.

Desde a década de 1990, a agricultura familiar passou a contar com um reconhecimento crescente na sociedade brasileira, especialmente graças a políticas públicas de desenvolvimento rural que a privilegiam. Porém, as dificuldades para seu fortalecimento são inúmeras.

Quanto aos dispositivos de política pública, convém destacar aqui as propostas de descentralização da gestão de programas de apoio à agricultura familiar, que foram implementadas a fim de abranger a diversidade de situações em que se encontram os agricultores familiares.

No artigo considerado para a elaboração deste trabalho (MORUZZI MARQUES, 2010), a Cooperativa dos Produtos Agropecuários de São Pedro (COOPAMSP) foi focalizada. Trata-se de um coletivo de agricultores familiares² formado com a finalidade de tornar mais vantajoso o escoamento de leite e iogurte, principais produtos comercializados pela cooperativa, que são fornecidos a mercados locais. Ademais, muitas famílias cooperadas comercializam diretamente seus produtos na feira do produtor da cidade. Estas estratégias correspondem a circuitos curtos de abastecimento, o que corresponde a uma perspectiva de soberania alimentar.

Enfim, os quilombolas do Vale do Ribeira desenvolvem iniciativas que permitem ressignificar seu lugar na sociedade. Passam a ser vistos como guardiões da natureza, capazes de promover práticas agroalimentares menos

² Estes agricultores foram apoiados pelo GESP (Grupo de Extensão de São Pedro da ESALQ/USP) praticamente desde suas primeiras iniciativas coletivas, em 1989. Pouco a pouco, o grupo passou a ter grande reconhecimento como cooperativa de sucesso. Atualmente, o GESP continua a apoiar estes agricultores com novas perspectivas de cunho agroecológico.

agressivas, agrobiodiversas, o que também se inscreve em perspectiva de soberania alimentar.

Referência bibliográfica

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), “Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes”, **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, vol. 17(2), Campinas: Unicamp, pp. 78-87